

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CRJ/RJ.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2024

ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade de advogados devidamente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob o nº 1.293, inscrita no CNPJ sob o nº 05.389.834/0001-54, com sede no endereço indicado no rodapé, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei 14.133/2021, e no item 8.1 e seguintes do Instrumento Convocatório, para interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face dos atos administrativos e da decisão que declarou a Menezes & Menezes Advogados Associados habilitada no Pregão Eletrônico nº 9003/2024, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

1-) Conforme previsão legal do artigo 165, inciso I, alíneas “b” e “c”, da Lei 14.133/2021, é cabível recurso administrativo, no prazo de 03 dias úteis, contra atos da Administração Pública praticados no âmbito da aplicação da referida lei, em relação a decisão de julgamento das propostas e habilitação de licitante:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
(...)

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

Sendo no mesmo sentido o item 8.1 seguintes do Edital de licitação:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

De modo que, em se tratando de recurso que tem por objetivo discutir a classificação e habilitação da Licitante declarada vencedora da disputa por meio da Ata de Julgamento divulgada em 25/11/2024, com intenção devidamente registrada no Sistema Compras.gov.br dentro do prazo fixado pelo Pregoeiro:

25/11/2024 10:36:18 Fornecedor ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 05.389.834/0001-54 registra a intenção de recurso na fase habilitação.

Tem-se demonstrados o cabimento, a adequação e a tempestividade¹ do presente recurso, que, por isso, deve ser conhecido e apreciado por Vossa Senhoria, para que, ao final, seja totalmente provido, pelos seguintes fundamentos.

II – SÍNTESE PROCESSUAL

2-) Cuida de Processo Licitatório promovido sob a modalidade pregão, na forma eletrônica, e que tem por objeto a contratação de “*serviço de consultoria e assessoria trabalhista*”, pelo valor máximo estimado de R\$ 69.600,00.

¹ Mensagem do Pregoeiro - Item G1 - A fase de recurso do item G1 está aberta até 28/11/2024.

3-) No dia e horário designados, foi aberta a sessão do pregão, com início da fase de preços e etapa de lances, que resultou na seguinte classificação, considerando apenas os 10 primeiros participantes:

LICITANTE	PREÇO	P
RODRIGO SOUZA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$ 390,00	1º
CRISTIANE MACHADO PIRES	R\$ 418,00	2º
SILVIA SANTOS CORREIA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$ 1.778,00	3º
MENEZES E MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 17.500,00	4º
ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 18.000,00	5º
AGUIAR E GALVAO ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 21.400,00	6º
CASSIANO PIRES VILAS BOAS SOC. INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$ 31.440,00	7º
ROMANO ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 31.656,00	8º
KEIFFER BECKER SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$ 32.400,00	9º
COSTA & SARRUF ADVOGADOS	R\$ 34.000,00	10º

Considerando a patente inexequibilidade dos preços ofertados pelos 3 primeiros colocados na disputa, estes foram devidamente desclassificados da disputa, com posterior convocação da MENEZES E MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS para apresentar sua proposta adequada e documentos de habilitação.

4-) Vindo os documentos de habilitação da referida Concorrente, observa-se que tais são insuficientes à satisfação dos requisitos de habilitação, especialmente no que se refere as exigências de qualificação técnica para o fornecimento do objeto licitado com a segurança jurídica esperada.

Razão pela qual necessário se faz o presente Recurso Administrativo, a fim de chamar a atenção deste Nobre Pregoeiro para o descumprimento do edital, que reclama o afastamento da decisão de habilitação da Menezes, com a necessária desclassificação desta da disputa, pelos fundamentos a seguir elencados.

III – DA AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5-) Dentre as exigências do edital, se encontram àquelas lançadas nos *itens 10.12.4.1.4 e 10.12.4.2*, que exigem experiência mínima de 03 anos comprovada na

realização dos serviços equivalente aqueles perseguidos, por meio de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas:

10.12.4.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão: (...)

10.12.4.1.4. Deverá haver a **comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o período ser ininterrupto.

10.12.4.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, **por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Ocorre que, em desacordo com os itens acima, a MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS apresentou Declarações emitidas por pessoa física, comprovando período inferior 03 anos e emitidos em seu próprio timbre.

Nada obstante, os documentos dizem que a Licitante prestou serviços, mas não atesta a capacidade técnica e satisfação com os serviços prestados. Não se podendo assegurar, com a segurança jurídica necessária, que os serviços tenham sido prestados à contento.

Soma-se a isso o fato de que outras declarações foram emitidas por empresas que sequer possuem ações trabalhistas, colocando em dúvida o conteúdo lançado nos referidos documentos.

6-) Para que não restem dúvidas quanto ao descumprimento do edital, passa-se a analisar cada um das Declarações Técnicas apresentadas pela Licitante.

7-) Veja Nobre Pregoeiro, a MENEZES E MENEZES apresentou Declaração que feita por REINALDO GONÇALVES BRAGA, em claro desacordo com o item 10.12.4.2 do edital, eis que o documento se encontra no próprio timbre do Escritório

Licitante, sendo emitido por pessoa física e que não comprova a experiência mínima de 03 anos:

REINALDO GONÇALVES BRAGA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG sob o n.º: 32.196.472-X – expedido por SSP/SP, com CPF nº 282.430.788-94, residente e domiciliado a Rua Felicíssimo de Souza, nº 264, Bairro do Jaraguá, São Paulo/SP, CEP.: 05.160-040, **DECLARA** que possui junto ao escritório **MENEZES E MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o n.º: 26.926.178/0001-51, 48 (quarenta e oito) processos das empresas que compõem o conglomerado empresarial que administra, quais sejam: RD&P CARGA E DESCARGA – EIRELI EPP., inscrita no CNPJ sob o nº 21.112.078/0001-78; C-LOG SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 20.514.187/0001-59; COMPACTA PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 11.342.209/0001-50 e CTPS TRANSPORTES LTDA ME., inscrita no CNPJ sob o nº 18.865.081/0001-58; cujos honorários montam a quantia de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais, perfazendo o valor de R\$ 45,83 (quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos) por pasta.

DECLARA ainda que, os serviços são prestados desde 02 de maio de 2022 e abarcam, também, consultoria jurídica especializada nas áreas cível e trabalhista.

E cujo emissor (REINALDO) não comprova poderes para emitir atestado/declaração em nome das empresas relacionadas no documento. Afinal, algumas das empresas relacionadas no documento possuem outros administradores cadastrados perante a Receita Federal e outras estão com seus CNPJs baixados.

De qualquer forma, se assim não fosse, pelo simples fato da Declaração de ter sido emitida por pessoa física, definitivamente não pode ser considerada para fins de comprovação da qualificação técnica da licitante, em função do descumprimento do mencionado item 10.12.4.2 do Edital, que exige a apresentação de documentos por pessoa jurídica.

8-) Além disso, observa-se que a Licitante apresentou Declaração da R.O. LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA que, de igual forma, não atende o item 10.12.4.1.4 do edital, pois, além de ter sido emitido no timbre da própria Licitante, não comprova experiência mínima de 03 anos:

R.O. LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º: 29.878.296/0001-20, com endereço na Avenida Comendador Teles, Lote 10, Quadra D, n.º: 41, Vilar dos Teles, São João de Meriti/RJ, CEP.: 25.575-814, na pessoa do seu representante legal, **SILVIA FRANCISCO DE ALMEIDA,** brasileira, solteira, nascida em 07/07/1977, portadora da identidade nº 1195277-7 – expedida pelo Detran/RJ, com CPF: 088.440.577-00, **DECLARA** que possui sob o patrocínio do escritório **MENEZES E MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS,** inscrito no CNPJ sob o n.º: 26.926.178/0001-51, atualmente, **10 (dez) processos trabalhistas ativos,** cujos honorários perfazem a quantia de R\$ 1.412,00 (hum mil quatrocentos e doze reais) mensais.

DECLARA ainda que, os serviços são prestados desde 27 de fevereiro de 2023 e abarcam, também, consultoria jurídica especializada nas áreas cível e trabalhista.

E, de igual forma, o documento não atesta a satisfatória prestação dos serviços declarados, apenas registram que há uma prestação de serviços.

Em que o conteúdo do documento se distancia de seu objetivo, no que se refere a aferição da capacidade técnica da Licitante.

9-) Por outro lado, a Licitante recorrida apresentou, também, outras 02 Declarações emitidas pelas empresas EXCENGE e CFA 100, as quais, igualmente, não cumprem com o exigido no edital, pois além de terem sido emitidas no timbre da Licitante, registram apenas a prestação de serviços de *consultoria trabalhista*:

EXCENGE - EXCELÊNCIA EM ENGENHARIA LTDA. – EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º: 07.603.606/0001-60, situada a Rua Timbiras, nº 96, São Francisco, Niterói/RJ, CEP.: 24.360-250, neste ato representada por seu representante legal **LUÍS CARLOS TOSTA XAVIER,** casado, empresário, portador do RG nº 31.676-D – expedido pelo Crea/RJ, com CPF nº: 243.849.787-97, residente e domiciliado a Avenida Rui Barbosa, nº 457, apto. 602, São Francisco, Niterói/RJ, CEP.: 24.360-440, **DECLARA** que possui sob o patrocínio do escritório **MENEZES E MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS,** inscrito no CNPJ sob o n.º: 26.926.178/0001-51, atualmente, contrato de prestação de serviços de consultoria jurídica especializada, nas áreas cível e trabalhista, desde 15 de dezembro de 2020, cujos honorários perfazem a quantia de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

CFA 100 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP (CFA ENGENHARIA), sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ sob nº 07.211.401/0001-30, situada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 935, sala 907, Centro, Niterói/RJ, CEP 24.020-206, neste ato representada por seu representante legal **ARTHUR FIGUEIRA MONERAT**, casado, empresário, portador do RG nº 011.425.464-2 – expedido pelo DIC/RJ, com CPF nº: 101.908.577-06, residente e domiciliado na Rua Presidente Backer, nº 81, apto. 806, Icaraí, Niterói/RJ, CEP 24.220-045, **DECLARA** que possui sob o patrocínio do escritório **MENEZES E MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o n.º: 26.926.178/0001-51, atualmente, contrato de prestação de serviços jurídicos, desde 29 de julho de 2021, com consultoria jurídica especializada nas áreas cível e trabalhista, cuja remuneração se dá na ordem de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

DECLARA ainda que, os serviços abarcam, também, acompanhamento e atuação em processos nas áreas cível e trabalhista, cujos honorários perfazem a quantia de R\$ 70,00 (setenta reais) mensais por pasta ativa.

Ou seja, não comprovam a prestação dos serviços de assessoria trabalhista, menos ainda, demonstram a satisfação técnica com os serviços prestados.

Sem falar, que em consulta junto ao TRT1 (Rio de Janeiro), por meio das certidões de feitos trabalhistas anexas (códigos de verificação 82.247.188.091 e 82.247.292.539), verifica-se que as empresas sequer possuem ações trabalhistas:

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 07.603.606

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 75333657/2024 e pelo CNPJ 07.603.606/0001-60, cuja a íntegra está disponível em: <http://www.tst.jus.br/certidao>

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 07.603.606

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 75334035/2024 e pelo CNPJ 07.603.606/0001-60, cuja a íntegra está disponível em: <http://www.tst.jus.br/certidao>

O que coloca em dúvida o conteúdo descrito nos documentos apresentados pela Licitante.

III – DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA LICITANTE

10-) Dentre os princípios norteadores das licitações públicas estão a legalidade, o interesse público, a vinculação ao ato convocatório, o julgamento objetivo e a segurança jurídica, preconizados no artigo 5º da Lei 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, **serão observados** os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Partindo disso, considerando que a o Edital se faz Lei entre os participantes e que o mesmo estabelece objetivamente os requisitos necessários à apuração da habilitação e qualificação técnica dos interessados em contratar com a Administração Pública.

Bem como, que a comprovação da qualificação técnica tem por objetivo conferir a segurança jurídica à Administração Pública que os serviços licitados serão

satisfatoriamente prestados pelos contratos, para fins de atendimento ao interesse público representado.

Por ordem do julgamento objetivo, é de rigor que se reconheça a ausência de atendimento dos requisitos estabelecidos no edital, em conformidade com o que ficou demonstrado no tópico anterior, para que se reconheça e se declare a inabilitação da MENEZES da disputa.

11-) Nessa linha, cumpre observarmos a disposição do artigo 67, inciso II, da Lei 14.133/2021, segundo a qual as certidões e atestados tem a função de comprovarem a capacidade operacional na execução de serviços similares em complexidade e quantidade:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

De maneira que não se pode permitir a apresentação de atestados que não atestem essa capacidade mínima ou que não se apresente similar ao objeto licitado, sob pena de violação do sobredito artigo.

Afinal, conforme precisos comentários de MARÇAL JUSTEN FILHO sobre a normativa do artigo 67:

"a qualificação técnica consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado. Isso abrange, inclusive, a situação de regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão.

(...)

*A qualificação técnica versa sobre atributos pessoais do sujeito, mas se alicerça sobre a experiência anterior. Trata-se de verificar se o sujeito, na sua atuação pretérita, adquiriu conhecimentos e experiências relacionadas ao objeto a ser contratado, de modo a tornar provável a sua execução de modo adequado."*²

² JUSTEN FIHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. p. 847.

O que contribui para demonstrar que o satisfatório cumprimento das exigências de qualificação técnica estão em harmonia não apenas com a segurança jurídica da contratação, como também com a seleção da proposta mais vantajosa, tanto sob o viés técnico operacional quanto de preço, eis que mediante uma segura prestação de serviços evita que a Administração Pública suporte prejuízos ainda maiores, seja em relação ao serviço solicitado ou mesmo diante eventual rescisão antecipada do contrato com promoção de novo certame para contratação do mesmo objeto.

12-) com isso, diante do evidente descumprimento do edital, no que se refere a ausência de “comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto”, em razão do desatendimento do item 10.12.4.1.4 e 10.12.4.2, é de rigor a incidência da resolução prevista no item 6.7, subitem 6.7.5, do edital, que diz:

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
(...)

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

Razão o que necessária se REQUER.

TUDO SOPESADO, REQUER seja o presente RECURSO ADMINISTRATIVO aceito, diante seu cabimento e tempestividade, para que seja **TOTALMENTE PROVIDO**, com o necessário reconhecimento da ausência de comprovação das exigências de qualificação técnica por parte da MENEZES E MENEZES ADVOGADOS, em razão do descumprimento dos itens 10.12.4.1.4 e 10.12.4.2, para que seja reconhecida e declarada a inabilitação da participante, com sua necessária desclassificação do certame, nos termos do item 6.7, subitem 6.7.5, do edital.

Pede deferimento.

Curitiba-PR, 28 de novembro de 2024.

Antônio Francisco Corrêa Athayde
OAB/PR 8.227

Gustavo de Pauli Athayde
OAB/PR 42.164

Diones Moreira de Souza
OAB/PR 106.756